

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO****Informações gerais da avaliação:****Protocolo:** 202118997**Código MEC:** 2031003**Código da
Avaliação:** 176294**Ato Regulatório:** Recredenciamento EAD**Categoria**
Módulo: Instituição**Status:** Finalizada**Instrumento:** 297-Instrumento de avaliação institucional externa - Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica (EaD)**Tipo de
Avaliação:** Avaliação de Regulação**Nome/Sigla da IES:**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

Endereço da IES:47094 - CAMPUS UNIVERSITÁRIO SALVADOR (SEDE) - RUA AUGUSTO VIANA, S/N CANELA.
Salvador - BA.
CEP:40110-060**Informações da comissão:****Nº de
Avaliadores :** 3**Data de
Formação:** 17/03/2023 17:34:31**Período de
Visita:** 05/06/2023 a 07/06/2023**Situação:** Visita Concluída

CATEGORIAS AVALIADAS**ANÁLISE PRELIMINAR**

1. Informar o nome da mantenedora e listar suas mantidas, indicando o grupo educacional de que faz parte, quando for o caso.

UFBA - Universidade Federal da Bahia

2. Informar o nome da IES.

UFBA - Universidade Federal da Bahia

3. Informar a base legal da IES, seu endereço e atos legais.

CNPJ: 15.180.714/0001-04

Pessoa Jurídica de Direito Público Federal

CAMPUS UNIVERSITÁRIO SALVADOR (SEDE) - RUA AUGUSTO VIANA, S/N CANELA.
Salvador - BA. CEP:40110-060

Portaria MEC nº 186 de 3 de fevereiro de 2017 (Recredenciamento EAD UFBA)

4. Informar o perfil e a missão da IES.

Missão

A Universidade Federal da Bahia, considerando o seu caráter público e a sua grande diversidade interna, tem a missão de produzir e disseminar ciência, tecnologia, arte e cultura, base para a formação sólida de profissionais, docentes e pesquisadores que atuem dentro de elevados padrões de desempenho técnico e ético e sejam cidadãos comprometidos com a democracia e a promoção da

justiça social.

Visão

É ser uma Universidade cuja excelência da formação seja socialmente reconhecida e cujo modelo de governança e gestão assegure condições para o contínuo desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, conciliando uma crescente inserção internacional e forte engajamento no atendimento de demandas sociais, locais e regionais.

pg. 65 do PDI da UFBA.

5. Descrever dados socioeconômicos da região.

Não constam dados no PDI.

6. Redigir um breve histórico da IES, em que conste: a criação; sua trajetória; as modalidades de oferta da IES; o número de polos (se for o caso); o número de polos que deseja ofertar (se for o caso); o número de docentes e discentes; a quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação; as áreas de atuação na extensão; e as áreas de pesquisa, se for o caso.

Criada sob a liderança do médico e Professor Edgard Rego dos Santos em 1946, no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), quando era Ministro da Educação Ernesto de Sousa Campos – médico e um dos fundadores da Universidade de São Paulo (USP), em 1934 –, a Universidade da Bahia teve seus primeiros anos de formação associados a um contexto de renovação do País. O mundo vivia a derrota do nazi-fascismo e o crescimento dos movimentos de libertação nacional frente ao colonialismo. O País vira o final da ditadura Vargas, a promulgação da Constituição de 1946 e, na Bahia, tomara posse o governo democrático de Octavio Mangabeira, do qual fazia parte o intelectual e grande educador Anísio Teixeira. Tudo isso motiva uma nova geração a tomar o conhecimento e a educação como largas vias de transformação e de emancipação da sociedade.

A Universidade da Bahia foi oficialmente instalada em 2 de julho de 1946 no Terreiro de Jesus, na antiga Faculdade de Medicina, criada em 1808, palco de mobilizações seculares pela implantação de uma Universidade na Bahia, sempre ignoradas pelos governos centrais. A escolha de tal data afirma, desde a primeira hora, a inserção da Universidade no tecido simbólico da Bahia. E, ao longo de sua trajetória, a Universidade Federal da Bahia – denominação que adota em 1965 – irá se constituir a partir de múltiplas perspectivas propostas por distintos feitos e protagonistas. A linha do tempo que acompanha esse relato destaca os pontos marcantes dessa história. Em seus primeiros anos, várias instituições já existentes somaram esforços para dar feição à nova Universidade, enfrentando o desafio de montar uma coalizão real. Além do núcleo inicial constituído pela Faculdade de Medicina, Escola Politécnica (1891), Faculdades de Direito (1897), Filosofia (1941) e Ciências Econômicas (1905), logo seria incluída a recém-criada Escola de Enfermagem (1946-47) e anexada a Escola de Belas Artes (criada desde 1877, passa à Universidade da Bahia em 1947), trazendo não apenas as Artes Plásticas, mas também a Arquitetura para o convívio universitário.

Em 1948, deu-se a reestruturação e anexação definitiva da Escola de Biblioteconomia (subvencionada desde 1946) e, em 1949, Odontologia e Farmácia, até então setores da Faculdade de Medicina (desde 1832 e 1879, respectivamente), ganharam autonomia como novas Unidades Universitárias. Também em 1948, foi inaugurado o Hospital das Clínicas (o atual Hospital Professor Edgard Santos - HUPES), com 17 enfermarias e 18 clínicas e ambulatórios, centro cirúrgico, além de cinco anfiteatros para as atividades de ensino e que constituiu uma verdadeira revolução hospitalar para a época.

No início da década de 1960, a crise financeira levou a UFBA a receber, por dois anos seguidos – 1962 e 1963 –, apenas a metade do orçamento previsto. Mas o projeto de Universidade seguiu e a década pode ser caracterizada por sua pujança ativa, certamente algo que resultou do próprio amadurecimento da Instituição em várias vertentes, de forma especial na política e na cultura. Nesse último campo, afirmava a ousadia da criação a partir da Bahia, envolvendo uma formação universitária profissionalizante em artes, muitas vezes experimental, e desembocando em diversas direções. Assim, o Teatro dos Novos, que surgiu com a turma de 1959 da Escola de Teatro e levou à fundação do Teatro Vila Velha em 1964; o Grupo de Dança Contemporânea da UFBA, criado em 1965; o Grupo de Compositores da Bahia formado em 1966, com destaque para seu manifesto de apenas uma linha – “em princípio, estamos contra todo e qualquer princípio declarado” – a

mobilização nas artes plásticas, de que resultaram o surgimento da Escola Baiana de Gravura e a realização das Bienais de 1967 e 1968, esta proibida pela censura da ditadura um dia após a abertura; a realização da primeira Oficina de Criação Literária da UFBA em 1966; o trabalho de criação literária dos membros da chamada Geração Mapa, cujo primeiro lançamento ocorrera em 1957, foram todos movimentos de peso, que se projetaram, inclusive, sobre outros de maior repercussão na mídia nacional, como o Tropicalismo e o Cinema Novo, como bem o reconhecem diversos de seus protagonistas. Foi nessa mesma fase que o Departamento Cultural da Reitoria organizou o Festival do Barroco Baiano, com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

No início da década de 1970, em termos acadêmicos, a Universidade girava em torno das atividades de Graduação. A Pós-Graduação ainda era uma semente e a Extensão ainda não fora formalizada como setor da administração universitária. Criaram-se o Centro de Estudos Baianos-CEB, o Centro de Recursos Humanos - CRH, o Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público-ISP e o Centro de Processamento de Dados-CPD. Segue o processo de criação do sistema de Pós-Graduação na UFBA e, ainda no início da década, foram estruturados os mestrados em Educação, Medicina, Economia e Patologia Humana. O primeiro Doutorado surgiu, em 1972, no Programa de Geofísica. A Pesquisa se desenvolve e cria-se a Coordenação de Pesquisa da UFBA. A partir de 1976, foram instituídos os cargos de Adjunto do Reitor para Pesquisa e Pós-Graduação e de Adjunto do Reitor para Extensão, concatenando os esforços feitos nessas direções e elevando-os a um novo patamar de visibilidade política. No final da década, a UFBA contava com quase uma dezena de cursos de Pós-Graduação, embora apenas um Doutorado, com projetos de pesquisa que representavam um leque diversificado de áreas e enfoques, da Química Analítica ao Candomblé Jeje-Nagô, da Genética aos pequenos mundos culturais da Bahia e, também, com um modelo diferenciado de atuação extensionista a partir do Programa de Desenvolvimento Integrado da Cidade Monumento de Cachoeira (PRODESCA).

O início da década também marcou um novo momento para a pesquisa em políticas públicas de saúde, tema que se tornaria central em termos nacionais. A UFBA participou, ativamente, do movimento da Reforma Sanitária Brasileira e da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, um marco importante no qual se reafirmou o reconhecimento da saúde como um “direito de todos e dever do Estado”, com a defesa da organização de um Sistema Único de Saúde (SUS), concretizado na Constituição de 1988 e na Lei nº 8.080 de 1990. A Universidade consolidou sua liderança como protagonista no processo de implantação e consolidação do SUS no âmbito científico, técnico e político. Nesse sentido, participou de conselhos estaduais e de administrações governamentais na área da saúde, em nível federal, estadual ou municipal, sempre mostrando como a Pesquisa nesse campo se entrelaça estreitamente, com a representação política e a gestão. Ocorreu, também, nessa década, a criação do Instituto de Saúde Coletiva - ISC (1995). Sua estrutura inovadora foi organizada por programas integrados de pesquisa, ensino e cooperação técnica, que buscavam a interdisciplinaridade, o trabalho articulado com diversas Unidades Universitárias da UFBA e de outras instituições e uma sustentabilidade diferenciada. Vale registrar ainda que a instituição dos fundos setoriais levou a UFBA a uma posição importante na pesquisa científica e tecnológica ligada à cadeia produtiva do petróleo e do gás (PDI, pgs. 16 a 24).

O histórico completo da IES consta das páginas 16 até 29 do PDI.

Na página 33 temos um quadro que apresenta alguns números da IES e, entre eles, que no ano de 2016 contava com 100 cursos de graduação e 34.381 discentes matriculados.

7. Descrever as políticas de institucionalização da modalidade a distância (EaD).

No PDI da instituição são apresentados indícios sobre as políticas de institucionalização da modalidade a distância (EaD):

(...) Destaque-se, também, o crescimento e consolidação das atividades de Educação a Distância, com 10 novos cursos de Especialização oferecidos em 2017, a par da oferta de cursos de Graduação, num total de 1.980 vagas (pág.29);

(...) Criação da Superintendência de Ensino a Distância SEAD (pág. 31);

(...) O local ocupado pela SEAD no organograma da instituição (pág 32);

(...) Dentre as diretrizes estratégicas apresenta as seguintes ações que envolvem a EaD - Expandir a oferta de cursos de diferentes níveis (Graduação e Pós-Graduação lato sensu) na modalidade de ensino

a distância, assegurando uma infraestrutura física e recursos humanos adequados. Ampliar a oferta do ensino a distância nos cursos presenciais. Capacitar comunidade de ensino em TIC. Equipar espaços (coletivos, convivência, museus, bibliotecas) com recursos multimídia e Internet. Estruturar e universalizar o acesso a recursos e serviços de vídeoconferência na Instituição. Manter, desenvolver e integrar Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ao sistema acadêmico para educação. Prover salas de aulas computadorizadas. Prover infraestrutura para desenvolvimento de tecnologias educacionais. Produzir vídeoaulas e objetos de aprendizagem multimídia. Prover infraestrutura para streaming de vídeo, armazenamento, distribuição e exibição de objetos de aprendizagem multimídia. (.....) Implantar uma política institucional de egressos que subsidie a formação continuada e o aperfeiçoamento das ações educacionais, bem como o monitoramento, aconselhamento e orientação relativamente à inserção de egressos e estudantes nos espaços profissionais da Educação

Básica. Aprofundar a presença da modalidade de ensino “Educação a Distância –EaD” para atender todas as licenciaturas e apoiar esses cursos em convênios e parcerias que intensifiquem a participação da Universidade nas políticas voltadas para a formação de professores. Ampliar a atuação da Universidade na educação continuada de professores da Educação Básica. Fortalecer o Programa de Iniciação à Docência (PIBID) e ampliar os cursos de especialização e mestrados profissionais voltados à formação docente (pág.81).

(...) Incentivar e fortalecer a produção e disseminação de conhecimentos em EaD, bem como o investimento em metodologias ativas, ou seja, em alternativas pedagógicas que colocam o foco do processo de ensino e aprendizagem no aprendiz, envolvendo-o na aprendizagem por descoberta, por investigação ou resolução de problemas. Apoiar a produção de objetos educacionais em diferentes mídias e tecnologias (material didático, ambientes virtuais, espaços de aprendizagem, dentre outras), alcançando o potencial de cada uma delas para as modalidades de ensino presencial e a distância. Articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas modalidades presencial e a distância, objetivando a qualidade de todas as atividades e o equilíbrio entre elas (pág.85).

(...) Intensificar a relação da Universidade com a Cidade e seus problemas sociais e urbanos. Expandir a oferta de cursos livres de curta duração e de Pós-Graduação lato sensu, inclusive na modalidade de ensino a distância. Ampliar as formas de curricularização da Extensão, em parceria com a PROGRAD (em atendimento à meta 23 do PNE). Ampliar o apoio financeiro às ACCSs, abrindo linhas de enfoque temático, conforme demandas circunstanciais. Implantar uma Central de Cursos para gerenciar matrícula e certificação das ofertas das Unidades Universitárias em um sistema integrado de acesso público. Implantar o

Observatório Crítico da Extensão (pág. 89).

8. Indicar o(s) resultado(s) dos Conceitos de Cursos (CC), nos últimos três anos.

Consta no Emec o índice Geral de Cursos - 4

9. Informar os Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão e observância de diligências e seu cumprimento, se houver.

Não foram apresentados os laudos solicitados no despacho saneador. No entanto, durante o período da visita virtual in loco, a instituição solicitou uma reunião para esclarecer sobre o assunto. Nesta reunião participaram como representantes da instituição os professores Sirlene Góes e Jorge Salles. Eles informaram que a instituição ainda não dispõe do Laudo de atendimento às exigências legais de segurança predial. Mas vem empreendendo esforços na tentativa de sanar a pendência, para tanto, tem implantando um Programa de segurança predial.

10. Informar se há plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, protocolado na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).

No PDI da instituição é citado um plano de acessibilidade. No entanto, até o momento o documento não se encontra disponibilizado no sistema.

11. Informar se a IES tem homologado o plano de cargos e carreira docente e dos técnicos-administrativos no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Trata-se de uma IES pública federal e o plano de carreira é assegurado por Lei.

12. Calcular e inserir o Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD, conforme o item 4.9 da Nota Técnica Nº 16/2017/CGACGIES/DAES, Revisão Nota Técnica Nº 2/2018/CGACGIES/DAES.

São 2576 professores na instituição. Dentre os quais 2220 Doutores, 291 Mestres, 47 Especialistas e 18 Graduados, levando a um IQCD $[(5 \times D) + (3 \times M) + (2 \times E) + (G)] / [(D + M + E + G)] = (5 \times 2220 + 3 \times 291 + 2 \times 47 + 18) / 2576 = 4,69$

13. Informar a quantidade de docentes com titulação de doutor, mestre e especialista.

Doutores 2220

Mestres 291

Especialistas 47

Graduados 18

14. Informar a quantidade de tutores a distância, que atuam a partir da sede da IES, quando for o caso, indicando a relação da formação com o curso em que atuarão e experiência em EaD.

Por tratar de uma instituição pública que oferece os cursos através do convenio com o Sistema Universidade Aberta do Brasil UAB a quantidade de tutores está diretamente relacionada à quantidade de aluno matriculado, isto é, é um tutor para cada grupo de 18 alunos ativos (IN02/2017 CAPES/UAB) e a formação também será de acordo com a Portaria CAPES 183/2016.

15. Informar a quantidade de tutores presenciais, que atuam nos polos EaD, quando for o caso, indicando a relação da formação com o curso em que atuarão e experiência em EaD.

Por tratar de uma instituição pública que oferece os cursos através do convenio com o Sistema Universidade Aberta do Brasil UAB a quantidade de tutores está diretamente relacionada à quantidade de aluno matriculado, isto é, é um tutor para cada grupo de 18 alunos ativos (IN02/2017 CAPES/UAB) e a formação também será de acordo com a Portaria CAPES 183/2016.

16. Informar a quantidade de docentes e discentes estrangeiros na IES e as disciplinas ofertadas em língua estrangeira.

Não foi possível constatar no PDI 2018-2022 da IES e no sistema e-MEC, a quantidade atual de docentes e discentes estrangeiros na IES, além de disciplinas ofertadas em língua estrangeira.

No entanto, na Tabela 13 contida no PDI 2018-2022 (pg. 38), existe os indicadores de mobilidade internacional de estudantes de graduação, sendo que especificamente para a “mobilidade de estudantes estrangeiros” no ano de 2011 foi igual a 144 alunos, 2012 = 115 alunos, 2013 = 153 alunos, 2014 = 109 alunos, 2015 = 85 alunos e 2016 = 82 alunos.

17. Descrever a política de atendimento para discentes estrangeiros.

Não foi possível constatar no PDI 2018-2022 da IES e no sistema e-MEC, uma política específica para o atendimento de discentes estrangeiros. Somente a existência de indicadores de mobilidade internacional de estudantes de graduação (Tabela 13 - pg. 38) e uma breve descrição da existência de diretriz estratégica para ampliar intercâmbios e acordos de cooperação, incrementando a mobilidade de docentes, pesquisadores e estudantes da UFBA com outros países (pg. 93).

18. Informar a existência de projetos e/ou ações para a promoção da sustentabilidade socioambiental na gestão da IES e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Evidenciou-se no PDI 2018-2022 da IES, a existência de uma diretriz estratégica em ações institucionais que promovem a transparência ativa, sustentabilidade, satisfação e participação do público e comunidade UFBA com a implantação do Plano de Dados Abertos na Universidade e Tramitação Eletrônica de Processos Institucionais.

Assim, na página 103 do PDI 2018-2022, é relatado que uma das ações em sustentabilidade socioambiental na gestão da IES é “atuar em conformidade com a Política de Dados Abertos, instituída pelo Governo Federal, e com a LAI (Lei de Acesso à Informação). A externalização dos dados da Universidade valoriza a transparência, participação ativa, controle social, e retroalimentação de insumos para o alcance de benefícios para a sociedade e academia. Diretriz em conformidade com o PEN (Processo Eletrônico Nacional), programa do Governo federal que, através da tramitação eletrônica de processos, visa agilidade, produtividade, satisfação do público usuário, redução de custos, sustentabilidade, compartilhamento de conhecimento, transparência ativa, mudança organizacional e qualidade de vida do servidor.”.

No entanto, no PDI 2018-2022, não ficou explícito a existência de projetos e/ou ações em

sustentabilidade socioambiental aplicado diretamente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Embora, esse seja um dos valores institucionais conforme constatado nas páginas 65 e 124.

19. Informar a existência de programas de bolsas e financiamento estudantil e o número de beneficiados.

Evidenciou-se no PDI 2018-2022 da IES, página 39, a existência de assistência estudantil e ações afirmativas, sendo concedidos através de auxílios/bolsas nas seguintes modalidades: serviço de residência, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio PNE, restaurante universitário, auxílio material didático, bolsa esporte, bolsa permanecer, programa bolsa permanência, bolsa projetos especiais, auxílio Saúde, auxílio moradia e outros auxílios.

No entanto, no PDI e no sistema e-MEC, não ficou evidenciado o quantitativo de alunos da IES que atualmente (quinquênio 2018-2022) são beneficiados pelos programas de auxílios/bolsas da IES.

Dimensão 1: EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 4,60

1.1. Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional. 4

Justificativa para conceito 4: Durante visita virtual in loco, a UFBA disponibilizou o Relato Institucional da IES, datado de 2022, e o documento contempla um breve histórico da instituição, lista conceitos obtidos por avaliações externas na vigência do atual PDI (2018-2022), aborda o trabalho da CPA relativo à confecção, aplicação, sistematização e divulgação dos resultados dos questionários de autoavaliação, apresenta plano de melhorias a partir do processo autoavaliativo, relacionando as demandas obtidas à discussões nos diferentes órgãos colegiados e gestores da IES, além de pontuar ações implementadas na melhoria da gestão institucional (como o atendimento específico a cursos com avaliação baixa e o avanço no campo da internacionalização), demonstrando assim, a evolução da instituição a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional. Todavia, em reuniões realizadas com diferentes segmentos da comunidade acadêmica (discentes, docentes e TAE's), os mesmos demonstraram desconhecer o Relato Institucional da IES.

1.2. Processo de autoavaliação institucional. 5

Justificativa para conceito 5: O processo de autoavaliação da UFBA acontece regularmente desde o ano de 2005 (informação obtida na reunião com a Comissão Própria de Avaliação), e é administrado pela CPA em conjunto com a SUPAD - Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional. A autoavaliação institucional está consolidada na UFBA, servindo como importante mecanismo de melhoria da gestão da IES e, adicionalmente, foi possível averiguar nas reuniões setoriais (discentes, docentes e TAE's) que toda comunidade acadêmica reconhece o processo de autoavaliação como instrumento de aprimoramento da instituição, inclusive se apropriando dos resultados obtidos acerca de suas demandas e respectivas ações da gestão no atendimento destas.

1.3. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica. 5

Justificativa para conceito 5: Na avaliação virtual in loco, foi possível evidenciar que a CPA é composta pelos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, contando com representantes docentes, discentes, técnico-administrativos, da administração geral e da sociedade civil organizada, não havendo maioria absoluta de nenhum destes segmentos na composição. Os instrumentos de coleta possuem abrangência (entre eles o SIAV, Sistema de Avaliação, que vincula cada docentes aos componentes curriculares ministrados semestralmente para obterem avaliação pelos discentes) e, adicionalmente, foi demonstrado índice de participação crescente de todos os setores acadêmicos da IES, no quadro "Descrição dos processos avaliativos na Universidade Federal da Bahia nos anos 2020 a 2023", presente no documento disponibilizado durante visita virtual in loco intitulado Relatório Sumarizado dos Processos de Autoavaliação da UFBA de 2020 a 2023.

1.4. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados. 5

Justificativa para conceito 5: Na documentação disponibilizada durante a avaliação virtual in loco, foi possível verificar que todos os relatórios de autoavaliação da UFBA estão disponíveis nos canais de comunicação internos e externos da IES (principalmente no website <https://cpa.ufba.br>), além dos relatórios de avaliações externas obtidas, de forma completa e

analítica, e são apropriados pela comunidade acadêmica, uma vez que nas entrevistas com os diferentes segmentos foi possível evidenciar a ciência destes aos processos de autoavaliação e avaliações externas na IES.

1.5. Relatórios de autoavaliação.

4

Justificativa para conceito 4: Os últimos três relatórios postados no sistema e-MEC (2020/2021/2022) estão de acordo com a previsão de postagem e, analisando os mesmos, verificamos que há uma clara relação entre eles, principalmente em relação as questões relativas às estratégias acadêmicas e administrativas para funcionamento da instituição durante a pandemia de Covid-19, demonstrando, assim, impacto na tomada de decisões por parte da gestão da UFBA. Não foram evidenciadas mudanças inovadoras a partir dos relatórios de autoavaliação.

Dimensão 2: EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

5,00

2.1. Missão, objetivos, metas e valores institucionais.

5

Justificativa para conceito 5: A missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão expressos no PDI, comunicam-se com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, considerando a organização acadêmica), traduzem-se em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social. Condição evidenciada com os documentos postados no drive e nos relatos dos discentes, docentes e técnicos administrativos.

2.2. PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação. Para faculdades e centros universitários, considerar a pós-graduação quando houver previsão no PDI. 5

Justificativa para conceito 5: Há alinhamento entre o PDI e a política de ensino, considerando os métodos e as técnicas didático-pedagógicas, metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação, o que se traduz nas práticas de ensino de graduação e de pós-graduação, com incorporação de avanços tecnológicos e com metodologia que incentiva a interdisciplinaridade, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras. Essa situação foi evidenciada nos documentos disponibilizados no drive, nos relatos durante as reuniões e durante a geolocalização com a apresentação da infraestrutura, mais especificamente, dos laboratórios utilizados nos cursos de dança e música ofertados na modalidade da Educação a Distância.

2.3. PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural. 5

Justificativa para conceito 5: Há alinhamento entre o PDI e a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, verificando-se práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento, havendo linhas de pesquisa e de trabalho transversais aos cursos ofertados e mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade. Situação evidenciada nos documentos disponibilizados no drive e nas reuniões realizadas. Nos documentos disponibilizados estavam a divulgação de eventos, seminários, bem como, a relação das linhas de pesquisa. No site e nas mídias sociais da instituição são divulgados os resultados das ações para a comunidade interna e externa.

2.4. PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial. 5

Justificativa para conceito 5: O PDI possui políticas institucionais que se traduzem em ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e em ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, de modo transversal aos cursos ofertados, ampliando as competências dos egressos e ofertando mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.

2.5. PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social. Considerar as especificidades da sede e dos polos, quando 5

houver.

Justificativa para conceito 5: Há alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão e empreendedorismo, articulando os objetivos e valores da IES, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras. Essa situação foi evidenciada nos documentos disponibilizados no drive e nos relatos colhidos durante as reuniões com os alunos. É necessário apontar que os estudantes dos cursos de dança, do curso de música e do curso de Administração Pública consideram exitosa as ações de formação propiciadas pela IES.

2.6. PDI e política institucional para a modalidade EaD.

5

Justificativa para conceito 5: A política institucional para a modalidade a distância está articulada com o PDI e contempla o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico da sua utilização, observando a formação pretendida para os discentes (na sede e nos polos, quando houver) e considerando as condições reais da localidade de oferta. Essa situação foi evidenciada nos documentos disponibilizados no drive e nos relatos colhidos durante as reuniões com os alunos.

2.7. Estudo para implantação de polos EaD. NSA quando não houver previsão de polos.

5

Justificativa para conceito 5: O PDI não apresenta estudo para implantação de polos EAD. No entanto, é necessário pontuar que nas instituições públicas conveniadas com Sistema Universidade Aberta do Brasil UAB o estudo para implantação, implementação e monitoramento dos polos é realizado pela DED/CAPES. A UFBA como instituição conveniada à UAB oferta cursos nos polos considerados aptos para oferta de cursos conforme normas estabelecidas pela CAPES/UAB. Por conhecer as singularidades que envolvem a oferta dos cursos na modalidade da Educação à Distância nas IES públicas e por entender que este é um instrumento de avaliação formativo e não punitivo a Comissão Avaliadora considerou os demais itens de avaliação dos polos. Em relação à oferta dos cursos nos polos, foi evidenciada nos documentos postados no drive e nos relatos nas reuniões. Principalmente, durante os relatos dos estudantes ficou evidenciada a contribuição dos cursos no desenvolvimento da região e da comunidade a qual fazem parte e os indicadores estabelecidos no PNE.

Dimensão 3: EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

4,08

3.1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.

2

Justificativa para conceito 2: Verifica-se que as políticas de ensino da UFBA, apresentadas resumidamente no documento intitulado "3.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação", disponibilizado no drive de documentos institucionais durante a visita virtual in loco, está relacionada com as ações acadêmico-administrativas da IES, que contemplam atualização curricular sistemática a partir do trabalho dos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos presenciais e EAD e a oferta de componentes curriculares à distância. Embora a IES tenha apresentado farta documentação sobre editais de monitoria e mobilidade acadêmica, não foram evidenciados programas e/ou projetos de nivelamento a nível institucional, nem na documentação e nem a partir da entrevista com o corpo discente, sendo relatadas apenas iniciativas isoladas por parte de alguns docentes para buscar a equalização de aprendizado entre os discentes.

3.2. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu. NSA para faculdades e centros universitários, exceto quando houver previsão no PDI.

4

Justificativa para conceito 4: O PDI da IES apresenta objetivos (pg. 67 e 68) que se relacionam com as ações acadêmico-administrativas no âmbito dos cursos de pós-graduação lato sensu ofertados pela IES. Foi disponibilizado no drive de documentos institucionais evidências de que a oferta de cursos de especialização tem aprovação pelos órgãos colegiados e possuem acompanhamento e avaliação constante pelos colegiados do curso (Resolução n. 01/2021 do Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão - CAPEX). Este mesmo documento prevê a articulação dos cursos de pós-graduação lato sensu com cursos de graduação ou de pós-graduação stricto sensu, e dispõe, em seu artigo 2, que "Os cursos de Especialização propõem-se a qualificar graduados para atividades científicas, tecnológicas, profissionais, literárias e/ou

artísticas, em sintonia com temas, problemas ou situações específicos de interesse da formação profissional e dos contextos brasileiro e/ou regional e/ou local". A Comissão de Avaliação verificou que o corpo docente total dos cursos de pós-graduação lato sensu, apresentado numa lista com 238 docentes, possui mais de 50% de mestres e doutores, uma vez que o número destes dentro da listagem é de 224. Não foram evidenciadas ações comprovadamente exitosas ou inovadoras no que diz respeito aos cursos lato-sensu da UFBA.

3.3. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu . NSA para faculdades e centros universitários, exceto quando 5
houver previsão no PDI.

Justificativa para conceito 5:A UFBA possui uma forte consolidação no que tange às políticas para os cursos de pós-graduação stricto sensu, possuindo um total de 93 cursos entre mestrados e doutorados, todos possuindo vínculo intrínseco aos cursos de graduação ofertados pela IES, além de ter disponibilizado, no drive de documentos institucionais, vasta documentação demonstrando a existências de grupos de pesquisa, projetos de iniciação científica e a atuação constante dos docentes da IES entre a graduação e pós-graduação stricto sensu. Adicionalmente, a IES possui um curso com conceito 7 pela CAPES (Saúde Coletiva), e quatro cursos com a nota 6 (Patologia Humana/Ecologia: Teoria, Aplicação e Valores/Artes Cênicas/ e Psicologia).

3.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural. NSA para 5
faculdades, exceto quando houver previsão no PDI.

Justificativa para conceito 5:A UFBA possui políticas de pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica e desenvolvimento artístico cultura bastante consolidadas através de ações incorporadas no âmbito da gestão da IES, gerenciadas principalmente pelas Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI) e Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEXT). A IES organiza, anualmente, o Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão, que garante a divulgação destas ações e produções no meio acadêmico, e foram evidenciadas diversas iniciativas de programas de bolsas institucionais, mantidos com recursos próprios e de agências de fomento, tanto no âmbito da iniciação científica quanto no âmbito da extensão. Adicionalmente, a Comissão de Avaliação considerou como prática reconhecidamente inovadora a existência de uma bolsa específica de Iniciação Artística – PIBIARTES, que "tem por finalidade promover a experiência de participação dos estudantes de Artes em processos de composição e montagem cênica, musical, expográfica, literária e áudio-visual de obras artísticas de autoria dos docentes ou servidores técnico-administrativos artistas, como oportunidade de familiarização do estudante com a rotina da atuação em núcleo artístico no que tange aos aspectos criativos, técnicos, administrativos, financeiros e de divulgação das produções resultantes, em complementação à sua formação universitária em artes" (pg. 01 do Edital PIBIArtes 2022-2023).

3.5. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão. 5

Justificativa para conceito 5:A PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão é a responsável por coordenar ações e programas no âmbito da extensão na UFBA, em conformidade com as políticas estabelecidas e visando a melhoria das condições de vida da comunidade externa à IES. A instituição realiza, anualmente, um Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão, que divulga práticas e estudos oriundos de projetos desenvolvidos na IES, sendo uma garantia de divulgação no meio acadêmico das realizações no viés da extensão. Foram disponibilizados, durante a visita virtual in loco, documentos que comprovam a existência de programas de bolsas específicos para a modalidade de extensão, oriundas de recursos próprios ou de agências de fomento, na IES. Adicionalmente, como ação comprovadamente inovadora, a Comissão de Avaliação considera que o O FORPOP -Fórum Permanente de Artes e Tradições Populares da UFBA, "um espaço de interlocução entre atores e autores desses múltiplos campos envolvendo a comunidade universitária, criado com a perspectiva da construção de ações articuladas pelo reconhecimento do valor acadêmico das diversas formas de produção de conhecimento populares e tradicionais e da sua importância cultural na formação universitária" (COMUNICADO Nº 10/2023, p. 1), se configura como uma prática de caráter bastante específico e inovador no campo da extensão.

3.6. Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente. 5

Justificativa para conceito 5: Em entrevista com o corpo docente da UFBA, foi possível evidenciar que a IES apoia a produção acadêmica docente, tanto com estímulo financeiro (como o Programa de Apoio à Revisão e à Publicação de Manuscritos em periódicos de alta relevância científica), quanto na participação de docentes em eventos locais, regionais e internacionais, o que também pôde ser evidenciado através de documentação disponibilizada no drive à Comissão de Avaliação. A IES conta com vasto portfólio de publicações (33 revistas indexadas no Qualis Capes), além de publicações específicas de Ebooks para a modalidade EAD.

3.7. Política institucional de acompanhamento dos egressos. 4

Justificativa para conceito 4: Na avaliação virtual in loco, foi possível evidenciar que a Superintendência de Educação a Distância (SEAD) iniciou o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE) no ano de 2022, tendo publicado um estudo que demonstra a avaliação dos egressos de cursos EAD em relação ao curso e à formação obtida, sua situação (anterior, durante e após o curso) de trabalho e renda, bem como a inserção profissional atual, além de planos para o futuro e formação continuada. A Comissão de Avaliação considera que este estudo pode subsidiar ações de melhoria em relação com as demandas do mercado de trabalho e sociedade. Não foram evidenciadas ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras nas políticas institucionais de acompanhamento de egressos.

3.8. Política institucional para internacionalização. NSA quando não houver previsão no PDI. 5

Justificativa para conceito 5: O PDI da UFBA, em sua página 67, apresenta o seguinte objetivo estratégico: "Elevar o grau de internacionalização das relações institucionais e acadêmicas da Universidade, mediante ampliação das oportunidades de formação profissional e de intercâmbio, inclusive na produção de conhecimentos e produtos tecnológicos inovadores". Durante a visita virtual in loco, foi possível evidenciar que as políticas institucionais para a internacionalização estão em conformidade com este objetivo estratégico, tendo a UFBA ingressado no CAPES PrInt - Programa Institucional de Internacionalização, programa desta agência de fomento que visa fortalecer a internacionalização em instituições de nível superior. Adicionalmente, a IES possui um setor específico que sistematiza acordos e convênios internacionais, bem como mobilidade de docentes e discentes para instituições estrangeiras (além do acolhimento a discentes estrangeiros e a contratação temporária de professores visitantes internacionais) - a Assessoria para Assuntos Internacionais da UFBA.

3.9. Comunicação da IES com a comunidade externa. 5

Justificativa para conceito 5: A UFBA possui alguns canais compartilhados entre a comunidade interna e externa, dentre eles estão o Portal da UFBA (www.ufba.br), o Portal UFBA em Movimento (ufbaemmovimento.ufba.br), o Edgard Digital (www.edgardigital.ufba.br), o Agenda UFBA – Portal de eventos (www.agenda.ufba.br), o Boletim UFBA em Pauta (www.ufba.br/categoria/p%C3%BAblico/ufba-em-pauta), duas Rádios (FACOM e FACED) e uma TV (TVUFBA), além de redes sociais como Instagram, Twitter, Facebook e LinkedIn. No portal da instituição, temos acesso aos sites das pró-reitorias, aonde encontramos informações importantes sobre o ensino, a pesquisa, e a extensão desenvolvidos na IES, além de documentos institucionais importantes como Estatuto, Regimento, PDI, Resoluções dos Órgãos colegiados, canal de ouvidoria e resultados das avaliações internas e externas (no site da CPA). Adicionalmente, a instituição possui uma ASCOM - Assessoria de Comunicação, que atua transversalmente a todas as áreas na organização e divulgação de informações por parte da IES. A Comissão de Avaliação considera que as ações diversificadas de comunicação em variados suportes e mídias, da IES, se constituem como reconhecidamente exitosas, pois promovem uma eficaz comunicação externa com a comunidade, possibilitando acesso a notícias, serviços, agenda cultural e documentos institucionais relevantes da IES.

3.10. Comunicação da IES com a comunidade interna. 5

Justificativa para conceito 5: A UFBA possui alguns canais compartilhados entre a comunidade interna e externa, dentre eles estão o Portal da UFBA (www.ufba.br), o Portal UFBA em Movimento (ufbaemmovimento.ufba.br), o Edgard Digital

(www.edgardigital.ufba.br), o Agenda UFBA –Portal de eventos (www.agenda.ufba.br), o Boletim UFBA em Pauta (www.ufba.br/categoria/p%C3%BABlico/ufba-em-pauta), duas Rádios (FACOM e FACED) e uma TV (TVUFBA), além de redes sociais como Instagram, Twitter, Facebook e Llinkedln. No portal da instituição, temos acesso aos sites das pró-reitorias, aonde encontramos informações importantes sobre o ensino, a pesquisa, e a extensão desenvolvidos na IES, além de documentos institucionais importantes como Estatuto, Regimento, PDI, Resoluções dos Órgãos colegiados, canal de ouvidoria e resultados das avaliações internas e externas (no site da CPA). Adicionalmente, a IES possui, como canal específico interno, uma ferramenta intitulada Listas de Discussão (<https://sti.ufba.br/servicos/lista-de-discussao>), onde "é possível criar e gerenciar listas de discussão. Uma vez criadas as listas, os membros poderão enviar e receber mensagens eletrônicas comuns aos membros. Cada lista tem administradores e moderadores próprios, bem como suas respectivas políticas de uso e configurações" (pg. 2 da Relação dos Canais de Comunicação com a Comunidade interna). A Comissão de Avaliação considera que esta ferramenta possibilita a manifestação da comunidade interna, gerando insumos para a constante melhoria da qualidade da gestão da IES.

3.11. Política de atendimento aos discentes. 2

Justificativa para conceito 2:Embora a IES tenha apresentado vastas evidências relativas a programas de atendimento a discentes, contemplando acolhimento, acessibilidade, acompanhamento de estágios e apoios psicopedagógico, não foram evidenciadas ações institucionais para promoção de nivelamento. Inclusive, em entrevista com o corpo discente, foram relatados ações isoladas de implementação de nivelamento por parte de alguns docentes, mas não programas/projetos/disciplinas institucionais que contemplem a questão do nivelamento educacional.

3.12. Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação). 2

Justificativa para conceito 2:Durante a visita virtual in loco, a IES disponibilizou edital do ano de 2017 referente a apoio de discentes para participação em eventos nacionais e internacionais (Programa Participar). Embora a Comissão de Avaliação compreenda diversos contextos desfavoráveis às IES públicas federais nos últimos anos, no que diz respeito à composição orçamentária, e que a IES já contou com programas dessa natureza em outros momentos, não foi possível evidenciar que atualmente as políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e participação em eventos garantam qualquer apoio aos discentes para organização e/ou participação em eventos, além de publicações.

Dimensão 4: EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO 4,63

4.1. Titulação do corpo docente. 5

Justificativa para conceito 5:Foram postados no drive documentos com as informações sobre o corpo docente. Sendo que, no cargo de Professor do Magistério superior há um total de 2576 professores qualificados da seguinte forma: Doutores - 2220 professores - 86% Mestres - 291 professores - 11,30 Especialista - 47 professores - 1,82 Graduados - 18 professores - 0,07

4.2. Política de capacitação docente e formação continuada. 5

Justificativa para conceito 5:A política de capacitação docente e formação continuada garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado, com práticas consolidadas, instituídas e publicizadas. Situação evidenciada nos documentos postados no drive e na reunião com docentes.

4.3. Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo. 5

Justificativa para conceito 5:A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação, com práticas consolidadas e institucionalizadas. Situação evidenciada nas reuniões com a equipe de técnicos administrativos e nos documentos disponibilizados no drive pela IES.

4.4. Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais 3

(quando for o caso) e a distância.

Justificativa para conceito 3: A política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais (quando for o caso) e a distância garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional. Os documentos disponibilizados no Drive e a reunião com os tutores evidenciaram essa situação. No entanto, cabe ressaltar que como instituição pública conveniada ao Sistema UAB os tutores são bolsistas e não tem vínculo com a instituição, o que justifica a falta de políticas institucionalizadas para formação e qualificação acadêmica em graduação e/ou programas de pós-graduação. Por se tratar de instituição pública essa 'política de garantia' de capacitação continuada para um grupo específico pode ser entendida com ilegal.

4.5. Processos de gestão institucional.

4

Justificativa para conceito 4: O orçamento é formulado a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa, prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados. Essa situação foi evidenciada através dos documentos postados no drive e das reuniões com os segmentos da comunidade acadêmica. No entanto, não foi evidenciada se a apropriação é assegurada na comunidade interna.

4.6. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático.

5

Justificativa para conceito 5: O sistema de controle de produção e distribuição de material didático considera o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável, estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional, disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, plano de atualização do material didático e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente. Condição evidenciada nos documentos postados e nas reuniões com equipe multidisciplinar. É importante ressaltar que no Sistema Universidade Aberta do Brasil é previsto bolsas para professor conteudista.

4.7. Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional.

5

Justificativa para conceito 5: O orçamento é formulado a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados. Os documentos disponibilizados no drive evidenciam essa situação. Foi verificado também que os relatórios de gestão são importantes instrumento que norteiam a formulação do orçamento, e nestes documentos são apresentados as metas e objetivos da IES.

4.8. Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna.

5

Justificativa para conceito 5: O orçamento considera as análises do relatório de avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas (estas, capacitadas para a gestão de recursos), orientando a tomada de decisões internas. Situação evidenciada pelos documentos disponibilizados no drive e nas reuniões realizadas durante a visita virtual in loco.

Dimensão 5: EIXO 5 - INFRAESTRUTURA

4,06

5.1. Instalações administrativas.

4

Justificativa para conceito 4: Por meio da visita virtual às instalações físicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi possível a comissão avaliadora identificar a existência de “Ambientes e Instalações Administrativas” que atendem às necessidades institucionais, conforme o PDI 2018-2022 (apensado no Sistema e-MEC) e o documento apresentado pela IES para a comissão avaliadora, ou seja, “5.1. Instalações administrativas”, compõem essas instalações os seguintes ambientes: salas de trabalhos (reitoria, pró-reitorias, superintendências, diretoria, coordenações, colegiados, departamentos e secretarias), gabinetes, salas de reuniões, sanitários, espaços de apoio copa/cozinha. Durante a visita virtual foi apresentado para a comissão avaliadora os seguintes ambientes administrativos: • Reitoria; • Superintendência de Ensino à Distância (SEAD); • Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (SUPAD); • Comissão Própria de Avaliação (CPA); • Biblioteca Central - Reitor Macêdo Costa;

• Instituto de Matemática e Estatística (IME); • Faculdade de Educação (FACED); • Escola de Danças; • Superintendência de Tecnologia da Informação (STI). Para a análise, considerou-se a adequação dos espaços às atividades desenvolvidas pela IES, além da guarda, manutenção e disponibilização da documentação acadêmica. Também foi possível a comissão avaliadora constatar a presença parcial de piso tátil (alerta e direcional) para pessoas com deficiência visual e a sinalização parcial por placas de identificação em braille inseridas nas portas de entrada de alguns espaços físicos administrativos e em altura adequada, conforme a norma ABNT NBR 9050/2015, além da acessibilidade parcial para cadeirantes através de: rampas, barras, mobiliário acessível, elevadores e plataformas. A IES também apresentou para a comissão avaliadora os seguintes documentos: “Contrato de Limpeza - Processo Administrativo Nº 23066.025073/2019-63”, “Contrato de Manutenção e Conservação das Edificações dos Campi da UFBA - Processo Nº 23066.064736/2022-61”, “Contrato de Manutenção Especializada na Climatização dos Ambientes - Processo Nº 23066.060196/2022-46”, “Laudo Técnico para Acessibilidade Universal Espaço Físico da UFBA”, “Planejamento de Manutenção Predial” e a “Relação dos Recursos Computacionais (Hardware e Software)”. Entretanto, não foi possível a comissão avaliadora identificar a proposição de recursos tecnológicos diferenciados nas instalações administrativas da IES.

5.2. Salas de aula. NSA quando não houver previsão de atividades presenciais.

4

Justificativa para conceito 4: Constatou-se na visita virtual que os espaços destinados para as “Salas de Aula” possuem infraestrutura física adequada para sua finalidade, podendo assim, atender às atuais demandas da IES no que tange ao ensino à distância. Nesses ambientes também foram constatados a presença de recursos mobiliários, tais como: cadeiras do tipo universitário (incluindo para pessoas canhotas), birô para o docente, quadro branco e/ou negro de giz, aparelho de ar-condicionado, datashow, computador e acesso ao serviço de internet. Também foi possível verificar que a iluminação está adequada para as atividades presenciais (quando houver), no entanto, pelo fato de ser uma visita realizada de forma virtual, não foi possível a comissão avaliadora averiguar a climatização e a acústica nesses ambientes. Também foi constatado a preservação estrutural do espaço físico e sua limpeza. Esses ambientes também permitem diversas configurações espaciais (mobiliários) que oportunizam distintas situações de ensino-aprendizagem. Quanto a acessibilidade, foi constatado durante a visita virtual que as salas de aula contemplam a possibilidade do seu uso por cadeirante. Também foi possível a comissão avaliadora verificar a existência reduzida de piso tátil (alerta e direcional) para pessoas com deficiência visual e também de sinalização por placas de identificação em braille inseridas na entrada das salas de aula. A IES também apresentou para a comissão avaliadora os seguintes documentos: “Contrato de Limpeza - Processo Administrativo Nº 23066.025073/2019-63”, “Contrato de Manutenção e Conservação das Edificações dos Campi da UFBA - Processo Nº 23066.064736/2022-61”, “Contrato de Manutenção Especializada na Climatização dos Ambientes - Processo Nº 23066.060196/2022-46”, “Laudo Técnico para Acessibilidade Universal Espaço Físico da UFBA”, “Planejamento de Manutenção Predial” e a “Relação dos Recursos Computacionais (Hardware e Software)”. Entretanto, não foi possível a comissão avaliadora identificar a proposição de recursos tecnológicos diferenciados nas salas de aula da IES.

5.3. Auditório(s). NSA quando não houver previsão de atividades presenciais.

5

Justificativa para conceito 5: Constatou-se na visita virtual, a existência de diversos auditórios, teatros e anfiteatros que atendem as atuais demandas da IES no que tange ao ensino à distância. Esses ambientes possuem infraestruturas físicas adequadas para sua finalidade, sendo constatado pela comissão avaliadora a presença de recursos mobiliários e tecnológicos, tais como: cadeiras almofadadas, plataforma elevada, mesa, púlpito, datashow, computador, tela para projeção, caixas de som, mesa e equipamentos de sistema de som, microfones, aparelhos de ar-condicionado, acesso ao serviço de internet (wifi), além da existência de aparelho/equipamento específico para a realização de videoconferência. No entanto, pelo fato da visita ser realizada de forma virtual, não foi possível a comissão avaliadora averiguar a acústica e a climatização nesses ambientes. Quanto a acessibilidade, foi possível perceber que esses ambientes contemplam a possibilidade do seu uso por pessoas obesa e/ou cadeirante, além da existência parcial de piso tátil (alerta e direcional) para pessoas com deficiência visual acessarem esses ambientes. A IES também apresentou para a comissão avaliadora os seguintes

documentos: “Contrato de Limpeza - Processo Administrativo Nº 23066.025073/2019-63”, “Contrato de Manutenção e Conservação das Edificações dos Campi da UFBA - Processo Nº 23066.064736/2022-61”, “Contrato de Manutenção Especializada na Climatização dos Ambientes - Processo Nº 23066.060196/2022-46”, “Laudo Técnico para Acessibilidade Universal Espaço Físico da UFBA” e o “Planejamento de Manutenção Predial”, nos quais referenciam esses ambientes da IES (auditórios, teatro e anfiteatros).

5.4. Salas de professores. Considerar as salas de professores e/ou de tutores.

4

Justificativa para conceito 4: A comissão avaliadora constatou na visita virtual, que os espaços específicos denominados como “Sala de Professores” possuem infraestrutura física adequada às atividades dos docentes/tutores e que atendem às necessidades institucionais, além da presença de recursos mobiliários e tecnológicos, tais como: mesas para estudos e/ou reuniões, birôs para uso individualizado, computadores, cadeiras, sofás, armários, geladeira, bebedouro, televisor, aparelho de ar-condicionado, lavatório, gabinetes e outros. Em relação a acessibilidade, foi verificado durante a visita virtual que esses espaços, internamente, são adequados para a locomoção de cadeirante, conforme a norma ABNT NBR 9050/2015. A IES também apresentou para a comissão avaliadora os seguintes documentos: “Contrato de Limpeza - Processo Administrativo Nº 23066.025073/2019-63”, “Contrato de Manutenção e Conservação das Edificações dos Campi da UFBA - Processo Nº 23066.064736/2022-61”, “Contrato de Manutenção Especializada na Climatização dos Ambientes - Processo Nº 23066.060196/2022-46”, “Laudo Técnico para Acessibilidade Universal Espaço Físico da UFBA” e o “Planejamento de Manutenção Predial”. Entretanto, não foi possível a comissão avaliadora identificar a proposição de recursos tecnológicos diferenciados nas instalações desses ambientes (salas de professores/tutores).

5.5. Espaços para atendimento aos discentes. NSA quando não houver previsão de atividades presenciais.

5

Justificativa para conceito 5: Constatou-se durante a visita virtual a existência de diversos ambientes/espaços específicos para a realização de atividades referentes ao “Atendimento aos Discentes”. Assim, a comissão avaliadora pode constatar que as necessidades institucionais são atendidas nesses espaços, uma vez que existem atividades presenciais para os cursos na modalidade EaD. Também verificou-se adequação dos recursos mobiliários, tecnológicos e iluminação nesses ambientes/espaços para as atividades ofertadas pela IES, além do cumprimento parcial nos quesitos e normas de acessibilidade (para cadeirante e/ou deficiente visual) nesses ambientes/espaços de atendimento aos discentes. No entanto, pelo fato da visita ser realizada de forma virtual, não foi possível a comissão avaliadora averiguar a climatização desses ambientes. A IES também apresentou para a comissão avaliadora os seguintes documentos: “Contrato de Limpeza - Processo Administrativo Nº 23066.025073/2019-63”, “Contrato de Manutenção e Conservação das Edificações dos Campi da UFBA - Processo Nº 23066.064736/2022-61”, “Contrato de Manutenção Especializada na Climatização dos Ambientes - Processo Nº 23066.060196/2022-46”, “Laudo Técnico para Acessibilidade Universal Espaço Físico da UFBA” e o “Planejamento de Manutenção Predial”. Também foi possível a comissão avaliadora identificar a existência de ações que possibilitam a implementação de variadas formas de atendimento aos discentes.

5.6. Espaços de convivência e de alimentação.

5

Justificativa para conceito 5: Conforme constatado durante a visita virtual, os espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades da comunidade acadêmica, considerando sua adequação às atividades, a limpeza, segurança, dimensão, além da acessibilidade (por cadeirantes, deficiente visual, deficiente auditivo). A IES apresentou para a comissão avaliadora os seguintes documentos: “Contrato de Limpeza - Processo Administrativo Nº 23066.025073/2019-63”, “Contrato de Manutenção e Conservação das Edificações dos Campi da UFBA - Processo Nº 23066.064736/2022-61”, “Contrato de Manutenção Especializada na Climatização dos Ambientes - Processo Nº 23066.060196/2022-46”, “Laudo Técnico para Acessibilidade Universal Espaço Físico da UFBA” e o “Planejamento de Manutenção Predial”. Também foi possível verificar durante a visita virtual que na UFBA, existem diversas lanchonetes (cantinas), restaurantes universitários e um amplo espaço de convivência para a comunidade acadêmica, distribuídos em diversas áreas nos Campi, além de pátios com mesas, cadeiras, bancos, dentre outros espaços, contribuindo assim para o bem-estar e a interação entre

a comunidade acadêmica. Portanto, assim, essa comissão avaliadora identificou a existência da oferta de serviços variados e adequados nesses ambientes da IES.

5.7. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física. NSA 5 quando não houver previsão de atividades presenciais.

Justificativa para conceito 5: Para as práticas didáticas em laboratórios/ambientes/cenários, foram considerados os seguintes ambientes da IES: • Laboratórios de Informática; • Laboratório de Pilates; • Laboratório de MOCAP. Constatou-se na visita virtual, que os espaços destinados como “Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas”, apresentados para a comissão avaliadora, possuem infraestrutura física adequadas para sua finalidade, podendo assim, atender às atuais demandas da IES no que tange ao ensino à distância. Nesses ambientes foram constatados a presença de diversos recursos mobiliários e tecnológicos. Também verificou-se que a iluminação está adequada para as atividades práticas presenciais na IES (quando houver). No entanto, pelo fato de ser uma visita realizada de forma virtual, não foi possível a comissão avaliadora averiguar a questão da climatização nesses ambientes. A IES apresentou para a comissão avaliadora os seguintes documentos: “Contrato de Limpeza - Processo Administrativo Nº 23066.025073/2019-63”, “Contrato de Manutenção e Conservação das Edificações dos Campi da UFBA - Processo Nº 23066.064736/2022-61”, “Contrato de Manutenção Especializada na Climatização dos Ambientes - Processo Nº 23066.060196/2022-46”, “Laudo Técnico para Acessibilidade Universal Espaço Físico da UFBA” e o “Planejamento de Manutenção Predial”, além de alguns manuais, regulamentos, regras e normas de funcionamento desses ambientes, tais como: “Manual para Laboratórios de Informática”, “Regulamento de Uso e Funcionamento do LabSomática”, “Regulamento de Uso e Funcionamento do Laboratório Teatro Experimental (LabTEx)”, “Regras de Uso do Laboratório de Pesquisas Avançadas do Corpo (LAPAC)”, “Normas Internas do Laboratório de Anatomia Humana” e outros. Como proposição de recursos tecnológicos diferenciados nesses ambientes de práticas didáticas, especificamente na Escola de Dança, a comissão avaliadora identificou a presença de diversos equipamentos típicos nos laboratórios de Pilates e do Mocap, além da presença do equipamento de audiodescrição como sendo uma tecnologia assistiva, sendo todos esses, usados pelos alunos dos cursos EaD de Dança, de Teatro e outros. Quanto a acessibilidade, em consonância com a norma ABNT NBR 9050/2015, foi constatado notadamente que os Laboratórios de Informática contemplam a possibilidade do seu uso por cadeirante. Não entanto, durante a apresentação desses laboratórios, não foi evidenciado pela comissão avaliadora a presença de recursos tecnológicos computacionais, como: DosVox, VLibras, teclado braille, impressora de braille, fone de ouvido, lupas e outros, que proporcionam a plena condição de seu uso por alunos com deficiência visual.

5.8. Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA. 4

Justificativa para conceito 4: Na visita virtual e durante a reunião com os membros da CPA apresentados à comissão avaliadora, ficou evidenciado que a IES disponibiliza para à CPA uma infraestrutura física (sala específica com mobiliário) e recursos tecnológicos que possibilitam o desenvolvimento dos trabalhos de coleta e análise dos dados (presente e futuro). O ambiente (espaço físico) da IES destinado à CPA é composto por uma sala ampla, conforme verificado no momento da visita virtual. Assim, analisando os diversos documentos apresentados pela IES para a comissão avaliadora e também no instante da reunião com os membros da CPA, foi possível diagnosticar evidências claras e concretas de que à CPA implementou uma metodologia de trabalho para o processo de autoavaliação. Entretanto, com relação a infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA, não foi possível a comissão avaliadora identificar recursos e/ou processos inovadores destinados especificamente à CPA.

5.9. Bibliotecas: infraestrutura. NSA quando não houver previsão de atividades presenciais. 4

Justificativa para conceito 4: Foi verificado pela comissão avaliadora durante a visita virtual que o ambiente da Biblioteca Central Reitor Macedo Costa (uma das diversas bibliotecas da IES) atende às necessidades institucionais, tendo infraestrutura física (três pavimentos) com espaços que possibilitam estudos individualizados e coletivos, recursos tecnológicos (SIBI/UFBA) para consultas no acervo bibliográfico (livros e periódicos, tanto físico como online), sistema computacional (Pergamum) que permite o controle e o gerenciamento de ações como: empréstimo, devolução, consulta, organização do acervo, dentre outras atividades, além

de disponibilizar para a comunidade acadêmica o acesso aos acervos digitais contidos nas plataformas virtuais. A comissão avaliadora também constatou a existência de salas reservadas para estudos em grupos e estudos individuais (cabines), sistema antifurto de acervo, estruturas mobiliárias adequadas que possibilitam o atendimento educacional especializado (acessibilidade) para cadeirante, no entanto, não ficou evidenciado para a comissão avaliadora a presença de recursos tecnológicos assistivos (hardware e/ou software) que atendem as necessidades de pessoas com deficiência visual. Em análise documental, nas entrevistas e na visita virtual nas instalações da biblioteca, a comissão avaliadora não identificou a existência de dispositivos inovadores.

5.10. Bibliotecas: plano de atualização do acervo.

3

Justificativa para conceito 3: Há no PDI 2018-2022 uma breve descrição da “Diretriz Estratégica com ações e metas específicas” para atualização do acervo bibliográfico da IES (pg. 80 - diretriz 6), como também no documento intitulado de “Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFBA - Versão 1, de 5 de agosto de 2010”, apresentado pela IES para a comissão avaliadora. Em ambos documentos não há uma descrição mais detalhada sobre a viabilidade para a execução da política supracitada, além da alocação de recursos para essa ação. Também não foi possível a comissão avaliadora identificar a existência de ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo bibliográfico pela comunidade acadêmica, e a inexistência da previsão de dispositivos inovadores.

5.11. Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente.

4

Justificativa para conceito 4: Como salas de apoio de informática ou estrutura equivalente, a comissão avaliadora considerou o ambiente da “Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)” apresentado pela IES. O STI possui estrutura que atende as necessidades advindas dos projetos da IES para a oferta do ensino à distância, com equipamentos (de monitoramento, manutenção, suporte e etc) e espaço físico adequados, acesso regular à internet, atualização de softwares e serviços, para o apoio a infraestrutura tecnológica da IES. Também possui suporte e condições ergonômicas conforme verificado pela comissão avaliadora, além de acessibilidade, ou seja, a existência de recursos tecnológicos (hardware e software) que possibilitam o uso por pessoas com deficiência física (cadeirante), mobilidade reduzida e pessoas com deficiência visual. No tocante a inovação, a comissão avaliadora não identificou a oferta de recursos de informática inovadoras especificamente nesse ambiente (STI).

5.12. Instalações sanitárias.

3

Justificativa para conceito 3: Por meio da visita virtual, a comissão avaliadora observou que as instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades. Essas instalações possuem segurança, limpeza, iluminação e possibilidade de ventilação, sendo assim, são consideradas adequadas às atividades ofertadas pela IES no que refere-se ao ensino à distância. A IES possui em seus diversos blocos, banheiros femininos, masculinos, trans e cis. No que tange à acessibilidade, observou-se que há pouca sinalização com o uso de piso tátil (alerta e direcional) para os banheiros, além da ausência de sinalização por placas de identificação em braille inseridas nas entradas dos banheiros, em altura adequada, conforme a norma ABNT NBR 9050/2015. Também foi constatado pela comissão avaliadora a existência de diversos banheiros específicos na IES (feminino, masculino) para cadeirante, com acento sanitário adaptado, barras e pias adequadas. Deste modo, a instituição atende à Portaria Nº 3.284, de 7 de Novembro de 2003 e a norma ABNT NBR 9050/2015. Vale destacar que a IES também apresentou para a comissão avaliadora os seguintes documentos: “Contrato de Limpeza - Processo Administrativo Nº 23066.025073/2019-63”, “Contrato de Manutenção e Conservação das Edificações dos Campi da UFBA - Processo Nº 23066.064736/2022-61”, “Laudo Técnico para Acessibilidade Universal Espaço Físico da UFBA” e o “Planejamento de Manutenção Predial”. No entanto, não foi possível a comissão avaliadora evidenciar a existência de normas consolidadas e institucionalizadas referentes às instalações sanitárias, além da ausência de banheiros familiar implantados na IES.

5.13. Estrutura dos polos EaD. NSA quando não houver previsão de polos. As informações dos polos devem estar disponíveis na sede da instituição.

4

Justificativa para conceito 4: Conforme constatado no PDI, em reuniões e verificado em documentos apresentados pela IES, a comissão avaliadora analisou apenas a estrutura do polo sede, onde foi evidenciado que há possibilidade da execução das atividades presenciais previstas no PDI 2018-2022 em virtude da estrutura física, tecnológica e de pessoal no polo EaD (sede) da IES, além da adequação dos ambientes/espacos no quesito de acessibilidade e no alinhamento com os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e também possui modelos tecnológicos e digitais diferenciados aplicados aos processos de ensino e aprendizagem. Entretanto, não foi possível a comissão avaliadora constatar a presença de tecnologias diferenciadas e inovadoras.

5.14. Infraestrutura tecnológica.

5

Justificativa para conceito 5: A IES explicitou parcialmente no PDI 2018-2022 a sua base tecnológica, mas, apresentou para a comissão avaliadora o "Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2022-2023", além do documento "Descrição da Infraestrutura de Execução e Suporte de TI". Durante a visita virtual foi possível a comissão avaliadora averiguar a existência desses recursos tecnológicos (hardware e software) disponíveis na IES, bem como a estruturação das redes lógicas e elétricas, além dos acordos dos níveis de serviços tecnológicos celebrados através de contratos, sendo: • Contrato de Prestação de Serviços da Manutenção Preventiva e Corretiva da Rede Elétrica Estabilizada - Processo Administrativo Nº 23066.021194/2022-31; • Contrato de Prestação de Serviços de Gerenciamento e Operação da Central de Serviços de TIC - Processo Administrativo Nº 23066.000180/2019-89; • Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva em Sistemas de Ar-Condicionados - Processo Administrativo Nº 23066.060465/2019-79; • Contrato de Prestação de Serviços de Atualização Tecnológica e Manutenção Preventiva e Corretiva em Sistemas de Detecção, Alarme, Prevenção e Combate a Incêndio - Processo Administrativo Nº 23066.065320/2018-83; • Contrato de Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) - Processo Administrativo Nº 23066.035862/2022-16; A IES também apresentou para a comissão avaliadora, os documentos "Plano de Contingência Operacional (PCO)", "Plano de Recuperação Desastre TI (PRD)", "Plano de Continuidade de Negócios (PCN)", "Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC)", "Caderno Anual de Serviços (CAS)", "Caderno Mensal de Serviços (CMS) - Abril de 2023", "Gerenciamento de Incidente", "Cumprimento de Requisição", "Procedimento Monitoramento com Zabbix", "Serviço de Monitoramento", além de diversos Guias Rápidos referentes ao Datacenter (aplicações, ar-condicionado, banco de dados, colocation, e-mail corporativo, monitoramento, rede e wifi, storage, virtualização, gerador, sistema anti-incêndio). Os diversos documentos supracitados carecem uma melhor descrição e detalhamento das ações. Ainda, foi constatado durante a reunião da comissão avaliadora com membros da STI, responsáveis pela infraestrutura tecnológica da IES, e também evidenciado nos documentos de acordos dos níveis de serviços tecnológicos, que a manutenção e a segurança da infraestrutura tecnológica são asseguradas por técnicos da própria IES e por parcerias com empresas terceirizadas (mediante cláusulas contratuais), garantindo assim, condições de funcionamento de 24 horas por dia e 7 dias por semana.

5.15. Infraestrutura de execução e suporte.

5

Justificativa para conceito 5: Foi constatado pela comissão avaliadora durante a visita virtual que a IES possui infraestrutura física e tecnológica que atende as atuais necessidades institucionais, baseadas na disponibilidade dos serviços ofertados pela IES no que tange a oferta de ensino na modalidade de educação à distância, conforme transcrito nos documentos apresentados pela IES intitulados de "Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2022-2023" e "Descrição da Infraestrutura de Execução e Suporte de TI", nos quais ambos demonstram como são realizados os serviços de TI. A IES também apresentou para a comissão avaliadora os documentos referentes ao "Plano de Contingência Operacional (PCO)", "Plano de Recuperação Desastre TI (PRD) (redundância)" e o "Plano de Continuidade de Negócios (PCN) (expansão)".

5.16. Plano de expansão e atualização de equipamentos.

1

Justificativa para conceito 1: Não consta no PDI 2018-2022 da IES um plano de expansão e atualização de equipamentos, além da sua viabilidade, de acompanhamento baseado em metas

objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho e ações associadas à correção do plano.

5.17. Recursos de tecnologias de informação e comunicação.

4

Justificativa para conceito 4: Constatou-se na visita virtual, bem como nos diversos documentos apresentados pela IES, tais como: "Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2022-2023", "Descrição da Infraestrutura de Execução e Suporte de TI", "Plano de Contingência Operacional (PCO)", "Plano de Recuperação Desastre TI (PRD)", "Plano de Continuidade de Negócios (PCN)", "Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC)", "Caderno Anual de Serviços (CAS)", "Caderno Mensal de Serviços (CMS) - Abril de 2023", "Gerenciamento de Incidente", "Cumprimento de Requisição", "Procedimento Monitoramento com Zabbix", "Serviço de Monitoramento", além de diversos Guias Rápidos referentes ao Datacenter (aplicações, ar-condicionado, banco de dados, colocation, e-mail corporativo, monitoramento, rede e wifi, storage, virtualização, gerador, sistema anti-incêndio) e outros, que os recursos tecnológicos (TICs) disponíveis atualmente na IES, viabilizam as ações acadêmicas e administrativas previstas pela IES no que tange a oferta de ensino à distância, permitindo assim, a execução do seu PDI 2018-2022, além de garantir a acessibilidade comunicacional e a interatividade entre os diversos membros que compõem a comunidade acadêmica. Entretanto, não foi possível a comissão avaliadora identificar a proposição de soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras.

5.18. Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

4

Justificativa para conceito 4: Através da apresentação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para a comissão avaliadora, observou-se que o AVA atende aos processos de ensino e aprendizagem previstos pela IES, em conformidade com as políticas institucionais. Também foi possível verificar no AVA (plataforma Moodle) usado pela IES, para a oferta do ensino à distância, há possibilidade de interação entre os diversos atores (docentes, discentes e tutores), além de possuir ferramentas diversas configuráveis no próprio ambiente virtual e que permitem uma gama de funcionalidades distintas no sistema. Durante a apresentação do AVA, foi possível constatar a integração entre o sistema de gestão acadêmica e o AVA. No entanto, não foi possível a comissão avaliadora identificar a proposição de recursos inovadores no AVA.

Dimensão 6: Considerações finais.

6.1. Informar o nome dos membros da comissão de avaliadores.

Kátia Gardênia Henrique da Rocha (ponto focal)
Saulo Germano Sales Dallago
Wanderson Roger Azevedo Dias

6.2. Informar o número do processo e da avaliação.

Código do Processo: 202118997
Código da Avaliação: 176294

6.3. Informar o nome da IES e o endereço (fazer o devido relato em caso de divergência).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Endereço: Rua Augusto Viana
Complemento: Campus Universitário Canela - S/Nº
CEP: 40.110-060
Salvador - BA

6.4. Informar o ato autorizativo.

Ato Autorizativo: Recredenciamento EAD

6.5. Informar o nome do curso, o grau, a modalidade e o número de vagas pretendidas.

Não se aplica para recredenciamento EAD institucional.

6.6. Explicitar os documentos utilizados como base para avaliação (PDI e sua vigência; PPC; Projeto de Autoavaliação e demais relatórios da IES).

Portaria Nº 18/2023 - prorrogação do prazo de vigência do PDI
PDI 2018-2022
Regimento

Relato Institucional 2022
Relatório de Autoavaliação 2022
Relatório de Autoavaliação 2021
Relatório de Autoavaliação 2020
Edital PIBIArtes 2022-2023
Documento de Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação
Documento de Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu
Lista de docentes que atuam na graduação lato sensu
Lista de docentes que atuam na pós-graduação stricto sensu
Lista de grupos de pesquisa da UFBA
Programas Pró-Reitoria de Extensão
Editais Proext
COMUNICADO Nº 10/2023 (PROEXT)
PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DE CURSOS A DISTÂNCIA UFBA 2022
Acessibilidade Universal Espaço Físico da UFBA
Arquitetura com Funcionalidades de Integração do Sistema Acadêmico como Ambiente Virtual de Aprendizagem
Arquitetura e a Relação dos Recursos Disponibilizados no AVA
Caderno Anual de Serviços (CAS)
Caderno Mensal de Serviços (CMS) – Abril de 2023
Contrato de Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) - Processo Administrativo Nº 23066.035862/2022-16
Contrato de Prestação de Serviços da Manutenção Preventiva e Corretiva da Rede Elétrica Estabilizada - Processo Administrativo Nº 23066.021194/2022-31
Contrato de Prestação de Serviços de Atualização Tecnológica e Manutenção Preventiva e Corretiva em Sistemas de Detecção, Alarme, Prevenção e Combate a Incêndio - Processo Administrativo Nº 23066.065320/2018-83
Contrato de Prestação de Serviços de Gerenciamento e Operação da Central de Serviços de TIC - Processo Administrativo Nº 23066.000180/2019-89
Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva em Sistemas de Ar-Condicionados - Processo Administrativo Nº 23066.060465/2019-79
Cumprimento de Requisição
Descrição da Infraestrutura de Execução e Suporte de TI
Gerenciamento de Incidente
Gestão da capacidade e de estabilidade da energia elétrica
Gestão da capacidade e de estabilidade da rede lógica
Laudo Técnico para Acessibilidade Universal Espaço Físico da UFBA
Manual para Laboratórios de Informática
Normas de Uso do Auditório - Escola Politécnica
Normas Internas do Laboratório de Anatomia Humana
Planejamento de Manutenção Predial
Plano de Contingência Operacional (PCO)
Plano de Contingência SIBI/UFBA: Versão Preliminar
Plano de Continuidade de Negócios (PCN)
Plano de Recuperação Desastre TI (PRD)
Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFBA
Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC)
Procedimento Monitoramento com Zabbix
Regras de Uso do Laboratório de Pesquisas Avançadas do Corpo (LAPAC)
Regulamento de Uso e Funcionamento do Laboratório Teatro Experimental (LabTEx)
Regulamento de Uso e Funcionamento do LabSomática
Resolução Nº 07/2017 - Políticas de uso dos Espaços do IME
Serviço de Monitoramento
Relação de polos EaD atuais e previstos
Diretrizes do programa de Capacitação dos Docentes para uso de tecnologias digitais
Documentos do Núcleo de Currículos e Programas

Resolução 05/2020 - Institui a política de Inovação
Ações de capacitação 2022
PDU - SEAD
Informações sobre cursos de capacitação e oficinas realizados
Relação de Docentes de licença capacitação
Levantamento das necessidades do PDP
Instrução normativas
Relatório Geral dos cursos de capacitação realizado no período de 2020 a 2023
Apresentação Workshop SEAD
Relatório SIGRH afastamento docentes em eventos científicos, técnicos ou culturais
Documentos sobre produção de Material Didático
Calendário Escolar
Relação de intercambistas
Relação de cursos de graduação, pós-graduação ofertados
Programa de acompanhamento de egressos
Relatório Contábil
Normas de uso dos espaços
Planejamento de manutenção predial
Editais

6.7. Redigir uma breve análise qualitativa sobre cada eixo.

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão de Avaliação considerou que o processo de avaliação institucional da UFBA está consolidado, tanto do ponto de vista da participação da comunidade acadêmica quanto em relação aos relatórios de autoavaliação, além de apresentar-se como importante ferramenta para melhoria da gestão da IES. Todos os segmentos da comunidade acadêmica estão sensibilizados quanto à importância da participação no processo, e há índice de participação crescente nas últimas autoavaliações. A Comissão Própria de Avaliação, órgão responsável pela coordenação deste processo, é formada por membros de toda comunidade, incluindo representantes da sociedade civil organizada. O Relato Institucional evidencia a evolução institucional a partir dos processos de autoavaliação, mas não é apropriado por toda comunidade acadêmica. Os resultados das avaliações internas e externas são analíticos e estão divulgados nos canais de comunicação da IES.

EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A avaliação deste eixo considerou o desenvolvimento institucional, a missão, os objetivos, metas e os valores institucionais definidos. O PDI expressa a importância de ações voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social. A comissão conseguiu evidenciar as implementações e ações institucionais internas e transversais aos cursos. Nesse eixo cabe ressaltar que, no PDI não consta um estudo para implantação de polos EAD. Isso porque, nas instituições públicas conveniadas com Sistema Universidade Aberta do Brasil UAB o estudo para implantação, implementação e monitoramento dos polos é realizado pela DED/CAPES. A UFBA como instituição conveniada à UAB oferta cursos nos polos considerados aptos para oferta de cursos conforme normas estabelecidas pela CAPES/UAB. Por conhecer as singularidades que envolvem a oferta dos cursos na modalidade da Educação à Distância nas IES públicas e por entender que este é um instrumento de avaliação formativo e não punitivo a Comissão Avaliadora considerou os demais itens de avaliação dos polos.

EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

A Comissão de Avaliação avalia que a UFBA possui políticas de ensino articuladas com suas ações acadêmico-administrativas, tanto nos cursos de graduação, como pós graduação lato sensu e stricto sensu. A IES dispõe de programas de iniciação científica, tecnológica, artístico-cultural, subsidiados com bolsas, a extensão contempla ações efetivas no que diz respeito à melhoria das condições de vida da população externa à IES. A política de acompanhamento de egressos busca uma proximidade constante dos ex-alunos, e existem práticas efetivas de incentivo à produção acadêmica docente - por outro lado, não foram evidenciadas, atualmente, ações para apoio à produção acadêmica e participação em eventos para os discentes. A internacionalização é um grande destaque, com setor específico para cuidar de acordos e convênios internacionais, e as vias de comunicação interna e externa são

abrangentes e múltiplas. A UFBA apresenta, ainda, programas de monitoria importantes práticas no que diz respeito ao atendimento aos discentes. Todavia, não foram evidenciados programas de nivelamento institucionais, nem na documentação disponibilizada e nem a partir da entrevista com o corpo discente.

EIXO 4 - Políticas de Gestão

Em relação às políticas de capacitação de servidores docentes e técnicos administrativos, a UFBA é uma IES pública federal e o plano de carreira é assegurado por Lei e atualmente conta com 86% de doutores em seu quadro de docentes. Em relação à capacitação e formação continuada de tutores que atuam na modalidade de Educação a Distância, é importante apontar que estes são bolsistas e não tem vínculo com a instituição, o que justifica a falta de políticas institucionalizadas para formação e qualificação acadêmica em graduação e/ou programas de pós-graduação. Por se tratar de instituição pública essa 'política de garantia' de capacitação continuada para um grupo específico da sociedade, diferente dos segmentos previstos nas políticas públicas, pode ser considerada ilegal. No que tange ao sistema de controle de produção e distribuição de material didático, merece destaque a equipe multidisciplinar responsável por essa produção e a qualidade do material produzido. Como incentivo autoral pode se considerar o fato de que no Sistema Universidade Aberta do Brasil é previsto pagamento de bolsas para professor conteudista. A Comissão constatou que o orçamento é formulado a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa, prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados. Foi verificado também, que os relatórios de gestão são importantes instrumento que norteiam a formulação do orçamento, e nestes documentos são apresentados as metas e objetivos da IES. No entanto, não ficou evidenciada através dos elementos apresentados no drive e das reuniões se a apropriação dessas informações sobre o orçamento é assegurada na comunidade interna.

EIXO 5 - INFRAESTRUTURA

A infraestrutura física da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Campus Universitário de Salvador (Sede), apresenta bom estado de conservação, manutenção, segurança, iluminação, conforto, mobília adequada, recursos tecnológicos atualizados e coerentes com as necessidades advindas da Educação à Distância, estando assim alinhado com o PDI da IES, quinquênio 2018-2022. Quanto à infraestrutura tecnológica foi verificado que os recursos tecnológicos de informação e comunicação (TICs) disponíveis atualmente na IES (hardwares e softwares) viabilizam as ações acadêmicas e administrativas previstas pela IES, garantindo acessibilidade comunicacional e interatividade entre os diversos membros que compõem a comunidade acadêmica. Como exemplo de adoção de recursos inovadores, constatou um equipamento de audiodescrição como sendo uma tecnologia assistiva, usado principalmente nos cursos EaD de Dança e de Teatro, auxiliando alunos com deficiência visual no processo de apropriação do conhecimento. Nas análises documentais, foi verificada a existência de diversos Planos normatizados e institucionalizados que tratam diretamente da Infraestrutura física e tecnológica da IES, tais como: "Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2022-2023", "Descrição da Infraestrutura de Execução e Suporte de TI", "Plano de Contingência Operacional (PCO)", "Plano de Recuperação Desastre TI (PRD)", "Plano de Continuidade de Negócios (PCN)", "Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC)", "Caderno Anual de Serviços (CAS)", "Caderno Mensal de Serviços (CMS) - Abril de 2023", "Gerenciamento de Incidente", "Cumprimento de Requisição", "Procedimento Monitoramento com Zabbix", "Serviço de Monitoramento" e Guias Rápidos referentes ao Datacenter (aplicações, ar-condicionado, banco de dados, colocation, e-mail corporativo, monitoramento, rede e wifi, storage, virtualização, gerador, sistema anti-incêndio), além de diversas outras Políticas implementadas na IES. Contudo, os planos, as políticas, regulamento e outros documentos apresentados para a comissão avaliadora, quando descritos no PDI da IES, carecem ser mais detalhados. Desta forma, foi possível inferir que a UFBA atualmente apresenta as reais condições estruturais e tecnológicas para o atendimento e/ou acompanhamento das atividades propostas para a Educação à Distância.

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :

A comissão de avaliação constituída pelo Ofício Circular CGACGIES/DAES/INEP, com designação para Recredenciamento EAD No 176294, com número do processo 202118997, composta pelos avaliadores Kátia Gardênia Henrique da Rocha (ponto focal), Saulo Germano Sales Dallago e Wanderson Roger Azevedo Dias (Perfil TI), no período de 05/06/2023 a 07/06/2023 realizou visita externa virtual in loco na UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA para verificação das condições necessárias para o processo de Recredenciamento EAD da IES. Inicialmente esta comissão realizou a leitura do Despacho Saneador e da documentação apensada no e-MEC, após procedeu o preenchimento da Análise Preliminar. De acordo com a regulamentação específica à Avaliação Externa Virtual in Loco, além do PDI, a IES disponibilizou para a Comissão toda documentação por meio de compartilhamento via Google Drive através do link <https://nuvem.ufba.br/s/6qoeMVFArB39H7k?path=%2FRecredenciamento%20IES%20EAD>. Durante o período da visita, por meio de videoconferência, estes avaliadores realizaram as seguintes reuniões: primeiro com o Reitor, Vice-Reitor, Pró-reitores, Superintendente da EaD e procurador institucional, depois, na respectiva sequência, com membros da CPA, com o corpo docente e tutores, com a equipe multidisciplinar, com a equipe de técnicos administrativos e com o corpo discente. É importante destacar que na primeira reunião foram ratificadas as informações apontadas no despacho saneador. Dentre elas, a necessidade da instituição postar no e-MEC o laudo de atendimento às exigências legais de segurança predial.

Além das reuniões anteriormente apontadas a Comissão solicitou uma reunião de complementação com a equipe de TI e a instituição solicitou uma reunião para esclarecer sobre a pendência apontada no despacho Saneador. Nesta reunião o professor Jorge Salles juntamente com a professora Sirlene Góes (PI) informaram que a instituição ainda não dispõe do Laudo de atendimento às exigências legais de segurança predial, mas que a instituição vem empreendendo esforços na tentativa de sanar a pendência e também implantando um Programa de segurança predial. Por meio da utilização de recursos tecnológicos foi realizada também a visita virtual às instalações. A agenda da visita, estabelecida e acordada com o Procurador Institucional foi cumprida em formato remoto por meio da sala virtual disponibilizada pelo INEP, obedecendo ao previsto na Portaria 183/2021, através da Sala de Reunião no Microsoft Team: Sala 176294.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA, oferece cursos presenciais de Graduação e Pós-Graduação e cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu na modalidade da Educação a Distância, através do convênio com a Universidade Aberta do Brasil – UAB. A instituição possui infraestrutura, corpo docente e técnico-administrativo formado há décadas. Os polos de Apoio Presencial são implantados e implementados pela DED/CAPES juntamente com os municípios.

É necessário pontuar que alguns indicadores do instrumento precisam ser revistos para a avaliação de instituições públicas que ofertam cursos na modalidade da Educação a Distância, através do convênio com a UAB. Visto que, atualmente, são 110 Instituições Públicas de Ensino Superior conveniadas a esse Programa de Governo.

Após a realização dos trabalhos propostos na agenda inicial que teve uma pequena adequação para atender à solicitação da IES, esta comissão concluiu a visita com o lançamento das informações no formulário eletrônico do e-MEC, disponibilizando as notas para cada eixo do processo avaliativo para o sistema realizar o cálculo de conceito final.

Cabe destacar que a IES tratou a Comissão com cordialidade e proveu todos os insumos para que o trabalho fosse desenvolvido sem intercorrências e que a comissão conduziu a avaliação sob perspectiva formativa, processual e fidedigna. Por fim, é importante pontuar que os membros da Comissão desenvolveram o trabalho de forma respeitosa e eficiente.

CONCEITO FINAL CONTÍNUO**4,51****CONCEITO FINAL FAIXA****5**